

## PERFIL

## O mais que tudo

O MAIS eficaz. O mais apoiado. O mais irritante. Manuel Maria Carrilho foi o responsável da Cultura com mais meios e mais obra feita, os partidários mais leais e os detractores mais emotivos de sempre em Portugal, e o seu lema podia ser: "Tudo o que não me mata torna-me mais forte." A frase é de Nietzsche, e não terá sido por acaso que o ministro-filósofo a escolheu, como mote de um texto que publicou em Novembro, no pico do confronto com Artur Santos Silva.

O banqueiro e ex-presidente da Porto 2001 tinha-lhe chamado "mentiroso, desleal e deficiente de carácter". Santos Silva caiu, Carrilho ficou. E ficou mais forte: o aplauso de artistas, criadores e programadores à sua governação é hoje quase consensual, mesmo entre os que o reconhecem como "arrogante" ou "vaidoso".

No seu melhor tom sobranceiro, a estes críticos chamou "indigentes" e "pobres diabos" por "atacarem o homem em vez da obra". Aos adversários políticos, como Marcelo Rebelo de Sousa, reservou epítetos mais bombásticos, revelando apurada pontaria para manchetes: "Pura gelatina", lembram-se?

Quando António Guterres o escolheu para elevar a pasta da Cultura a ministério, em Outubro de 1995, Manuel Maria Carrilho era um discreto militante do PS, sobretudo reconhecido como brilhante catedrático e investigador de filosofia, com extensa obra publicada, na área da retórica e da argumentação, em Portugal, França ou Bélgica.

Os livros, a universidade, a reflexão — prioridades de que abdicou enquanto ministro e a que naturalmente regressará — foram desde cedo o seu mundo, como recorda José Afonso Furtado, seu chefe de gabinete entre 1995 e 1997 e amigo de há 30 anos: "Quando nos conhecemos, na faculdade, ele tinha 17, 18 anos e um grau de cultura anormal para quem acabava de chegar da província."

Manuel Maria Carrilho

é o segundo de sete filhos de uma das famílias mais conhecidas de Viseu, nos anos 50. Não herdou da mãe a fé e prática católica: é ateu até hoje, e disse numa entrevista que "Deus não existe" no seu universo. Também disse várias vezes que não sabe falar sobre a morte.

E não herdou do pai — que foi governador-civil de Viseu, presidente da câmara e deputado — as convicções de direita. Devorou as cartilhas revolucionárias (incluindo o "Livro Vermelho"

de Mao) e dinamizou a oposição local ao regime. Quando chegou a altura da faculdade, preferiu Filosofia a Direito, para desgosto do pai, e Lisboa a Coimbra, porque "queria algo mais cosmopolita".

Assim chegou à capital, para uma carreira académica fulgurante (nunca fez a tropa), com um investimento constante no circuito intelectual europeu, sobretudo francês, que se reflectiu, por exemplo, na página inteira que o diário "Le Monde" dedicou a um elogioso perfil seu, em 1997.

Casou muito cedo, aos 21 anos, com Joana Morais Varela, de quem se separou ao fim de uma década, e de quem tem um filho, hoje adulto, que sempre viveu consigo. Mais tarde teve uma filha, de uma outra ligação.

Em 1986 torna-se militante do PS. Participa activamente nos Estados Gerais, de onde Guterres partirá para o triunfo nas legislativas de 1995. A nomeação de Carrilho como ministro irritará figuras do aparelho socialista e levará a desentendimentos com históricos como Manuel Alegre.

Eduardo Prado Coelho admite que Carrilho "é pouco diplomático relativamente a pessoas e em termos

partidários", tendo criado "polémicas dispensáveis", enquanto Afonso Furtado — que em dois anos de intenso trabalho garante que nunca se zangaram — refere que a "natureza frontal e veemente", "nada dissimulada", do carácter de Carrilho, "naturalmente provocou choques".

Esses "choques" estiveram quase sempre relacionados com a revolução em curso no Palácio da Ajuda e foram originando afastamentos ou rupturas, a começar no secretário de Estado Rui Vieira Nery — alegou incompatibilidades com o ministro —, e continuando em Francisco Bethencourt (Biblioteca Nacional), Ana Costa Almeida (IPACA, actual ICAM), José Costa Ramos (IPAM) ou Alfredo Barroso e Machado Macedo (São Carlos).

Entretanto, durante os cinco anos em que Carrilho foi ministro, impulsionou o Porto Capital da Cultura, fez nascer a Lei do Preço Fixo do Livro, as redes dos Cine-Teatros e das Bibliotecas, novos museus ou os seus alicerces (Arte Contemporânea de Serralves, Design, Moda, Cinema, Cão), reformulou outros (Grão-Vasco, Évora, etc), recuperou as Bolsas Literárias e introduziu novas estruturas de financiamento (dança, teatro, artes plásticas, música), renovou o CCB, os teatros de São Carlos e São João — para o qual Ricardo Pais já tem sucessor, num anúncio que coincidiu com a nomeação de João Grosso para o D. Maria II.

Para a imagem de energia e dinamismo da cultura nacional — a que não faltou o Nobel de Saramago... — contribuiu também o facto de Portugal ter sido país-tema em quatro grandes feiras internacionais: de livros (Frankfurt 97, Rio de Janeiro 99 e Paris 2000) e de artes plásticas (Arco de Madrid, 98).

Como pedra no sapato, fica o património, cuja lei de bases não conseguiu fazer aprovar, e que lhe garantiria a protecção legal para o primeiro dos seus brilhantes: a opção pelas gravuras rupestres de Foz Côa, assim salvas de serem inundadas pela projectada barragem.

Este leitor compulsivo, que nunca entrou num estádio de futebol e, diz-se, raramente teve férias, poderá agora regressar ao seu mundo. Há uns meses, escreveu que "a política é o espaço das grandes contingências, das grandes surpresas, em que tudo pode acontecer". Talvez fosse já um aviso. Num tempo de obra feita, amenas críticas e saudades dos livros, ainda pode acontecer qualquer coisa como um homem apaixonar-se.

■ Alexandra Lucas Coelho

